Há exemplos de sistemas similares no Chile, nos Países Baixos e na Nova Zelândia. Experiências bem-sucedidas de parceria da pesquisa com o setor privado há nos casos conhecidos de pesquisas com vegetais no México, com frutas no Chile, com o chá no Quênia e com avicultura na Índia, para citar apenas alguns exemplos.

Essas reformas seguem os princípios básicos do Estado moderno: a) o Estado só deve prover os bens públicos; b) todos aqueles que se beneficiam dos serviços e produtos do Estado devem pagar por eles (quem usa, paga); c) produtores, agroindústria e usuários da pesquisa atribuem aos produtos e serviços dados de graça o mesmo valor que é por eles cobrado (isso é, zero!); d) todos os serviços ofertados pelo Estado deverão atender à norma de orçamentação e recuperação de custos; e) estimular a concorrência. O Estado leiloará os recursos para a compra dos serviços onde estes forem ofertados pela melhor qualidade e os menores preços. Não deve mais haver exclusividade de prestação de serviços. Se o setor privado oferecer serviço melhor, ganha e leva.[3]

MAURO DE REZENDE LOPES

[3] Para maiores detalhes acerca dos princípios das reformas na agricultura e na pesquisa, ver Lopes, M. R. Política agrícola: reformas inadiáveis e subsídios insustentáveis. *Agroanalysis*, *14* (2), out. 1994. Em particular, ver Princípios e idéias-força, p. 10.

PREÇOS AGRÍCOLAS

Preços e abertura de mercado

Alguns produtos da lavoura brasileira sempre foram influenciados pelo desempenho das cotações externas. Na medida em que a economia brasileira se abriu ao mercado externo, os preços internos deveriam passar a refletir de forma ainda mais próxima o movimento das cotações mundiais.

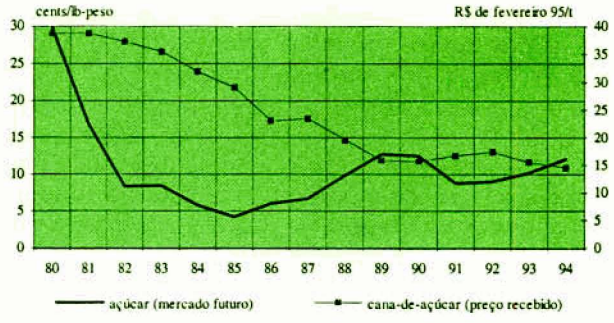
A observação das séries de preços do mercado futuro nas principais bolsas de mercadorias mostra que, no período 1980-94, os preços médios anuais de um conjunto de oito dos principais produtos ali negociados apresentaram, com exceção do café, queda significativa entre 1980 e 1986, recuperaram-se nos anos seguintes, voltando a cair até 1992, para em 1994 registrar nova alta.

Desdobrando-se o agregado em dois subconjuntos, verifica-se que, enquanto o dos cereais, oleaginosas e fibras conseguiu, em 1994, se aproximar do patamar alcançado em 1980, o outro subconjunto, que abrange produtos de longa tradição na pauta de exportações brasileira — açúcar, cacau e café —, apesar de ter seguido trajetória semelhante, não conseguiu recuperar o citado patamar. Note-se que, entre 1993 e 1994, foi justamente este grupo que registrou a alta mais acentuada em suas cotações. São estes, também, os produtos em que o Brasil se destaca como grande produtor e exportador, determinando em boa medida os rumos do mercado. Por outro lado, sua demanda é mais influenciada pelos ciclos de expansão e retração da economia, bem como por modificações nos hábitos dos consumidores.

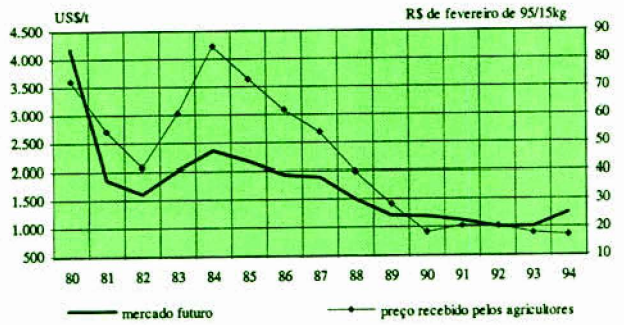
Produto a produto, o desempenho das cotações mostra diferenças consideráveis, embora a tendência do movimento seja semelhante. Apenas a soja, grão e farelo, não registrou aumentos em 1994, relativamente ao ano anterior. Boa parte da explicação está na significativa quebra da safra norte-americana, em 1993, e na substancial recuperação dos níveis de produtividade física da lavoura no ano seguinte. Já o óleo de soja registrou alta nas suas cotações em decorrência da redução na disponibilidade de outros óleos, notadamente o de dendê, ou palma.

Outro fato que explica o desempenho dos preços internacionais em 1994 foi a queda dos estoques mundiais. Pelas previsões do USDA, esta queda não será revertida a curto prazo (embora seja, em alguns casos, amenizada). Assim, é de se esperar que, a médio prazo, a tendência altista dos preços das commodities agrícolas se mantenha. Vários fatores contribuem para alterar este panorama e podem fazê-lo. Do lado da demanda há duas forças contraditórias influindo: os países da ex-URSS atravessam séria crise, de modo que, apesar de registrarem retração na sua produção interna, não deve-

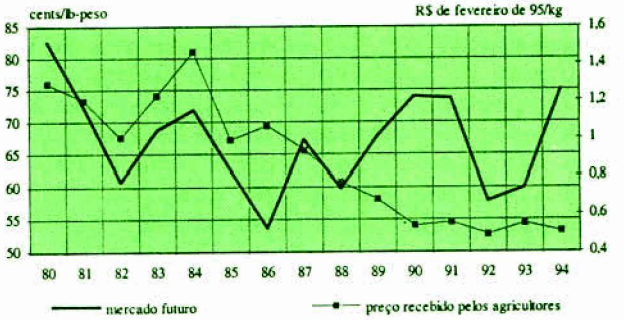
Açúcar e cana-de-açúcar
preço de produtos selecionados



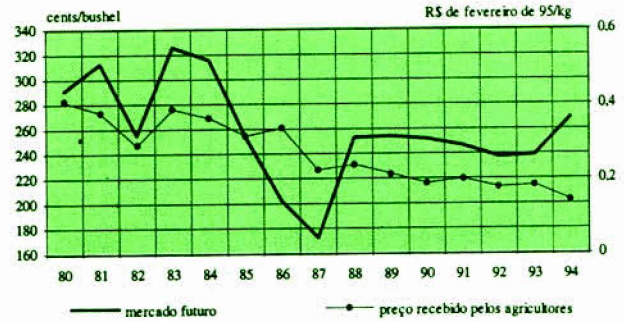
Cacau
preço de produtos selecionados



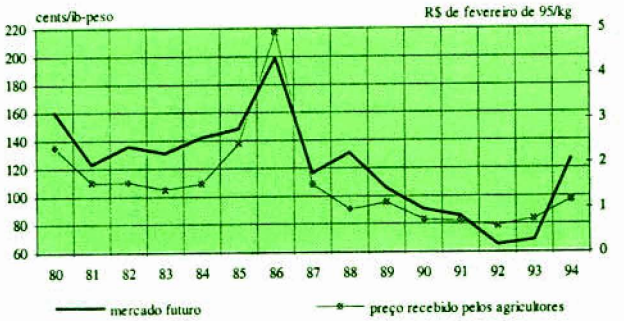
Algodão
preço de produtos selecionados



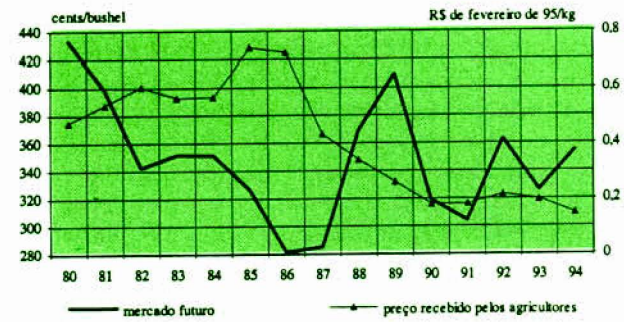
Milho
preço de produtos selecionados



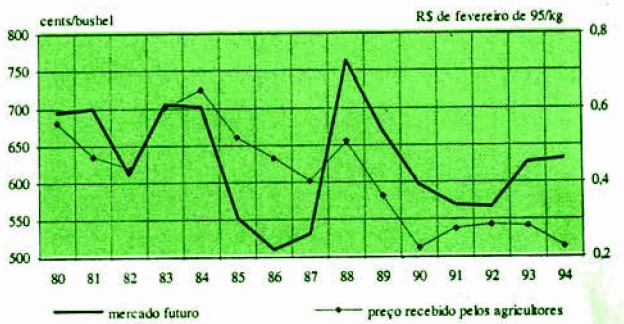
Café
preço de produtos selecionados



Trigo em grão
preço de produtos selecionados



Soja em grão
preço de produtos selecionados



Fonte dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago e Centro de Estudos Agrícolas – IBRE/FGV.

rão importar quantidades significativas. Por outro lado, a China, cuja produção se encontra em franca expansão, está se mostrando também grande importadora. O papel central desta economia tem levado os EUA a incentivarem o aumento das exportações para aquele país. Assim, é difícil prever qual o saldo final das duas forças opostas e, numa hipótese conservadora, pode se antecipar que a demanda se manterá estável.

Os preços de produtos de longa tradição na pauta de exportações brasileira — açúcar, cacau e café — não conseguiram recuperar o patamar do início dos anos 80. Note-se que, entre 1993 e 1994, foi justamente este grupo que registrou a alta mais acentuada em suas cotações.

Já em relação à oferta, há dois grupos de produtos. As lavouras temporárias poderão registrar, no curto prazo, significativa expansão, estimulada pelos preços vigentes em 1994. No que se refere às lavouras permanentes, no horizonte próximo o aumento da oferta será conseqüência de melhoria nos tratos culturais, mas num horizonte mais amplo pode-se esperar que os plantios se expandam e que, mais à frente, tenha início um novo ciclo de queda de preços, quando essa expansão se transforme em maiores colheitas e retomada da acumulação de estoques.

Há, contudo, outros fatores em jogo. No caso do algodão, por exemplo, importantes países produtores registram ataques de pragas, como o bicudo, de difícil combate. Neste ponto, o Brasil se encontra em situação privilegiada, uma vez que conseguiu superar a praga. Quanto ao cacau, a cultura atravessa, no Brasil, uma crise de extrema gravidade, e a perspectiva de importações pode ter como conseqüência que a alta dos preços externos não beneficie o agricultor brasileiro.

Os gráficos, aliás, apontam nesta direção. Em 1994 as cotações futuras do açúcar, do algodão, do cacau, do milho e do trigo registraram altas, enquanto os preços recebidos pelos agricultores caíram.

O quadro se mostrou, assim, favorável no que diz respeito ao combate à inflação. Em 1994, a implantação do Plano Real viu-se beneficiada pelo desempenho dos preços agrícolas. Ao contrário de outras ocasiões, como no Plano Cruzado, no Real os preços dos produtos agrícolas foram fator de contenção dos índices de preços ao consumidor. Mas diferentemente do que se deu em 1986, as cotações das commodities agrícolas no mercado internacional se encontravam em fase ascendente. Como explicar então o movimento dos preços internos?

No plano interno, 1994 foi um ano de safra abundante, tendo se registrado a maior safra de grãos da história do Brasil, o que por si só é um fator de contenção de preços. Por outro lado a taxa de câmbio valorizada barateou os produtos importados, mesmo que seus preços em dólar tivessem subido. Há ainda a considerar que o aperto no crédito, as altas taxas de juros e as facilidades para importar (baixas alíquotas e inexistência de barreiras quantitativas) tornaram atraentes as importações, tanto mais que as condições de financiamento externas foram mais favoráveis que as internas, tanto em termos de custo quanto de prazo.

Os agricultores foram, contudo, beneficiados por uma redução nos custos de produção e desta forma conseguiram colher uma safra que em 1995 deverá superar a do ano anterior. Resta saber se as dificuldades que a comercialização está enfrentando permitirão que os produtores rurais consigam em 1996 colher uma nova supersafra.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

CACAU

A cacauicultura brasileira em crise: importações à vista

Aguarda-se para a safra baiana 94/95, uma quebra de até 15% com relação à safra passada. Para a safra temporã, as perspectivas também não são boas. Prejudicada pela seca e pela vassoura-de-bruxa, a produção poderá sofrer quebra de até 35%.

A recente polêmica gerada em torno da necessidade de importação do cacau em amêndoa, mais do que uma questão fitossanitária ou de proteção dos preços domésticos do produto, evidencia as dificuldades pelas quais o setor vem passando. Embora as cotações internacionais venham se recuperando desde a safra passada, após uma década de preços baixos, a escassez do crédito, as adversidades climáticas e a incidência de doenças na quase totalidade da lavoura (segundo estimativas da Ceplac, a vassoura-de-bruxa e a podridão-parda atingem quase 2/3 dos cacaueiros do sul da Bahia) afetam de forma negativa a produção nacional. Desestimulados com esta situação, os cacauicultores foram gradativamente limitando o manejo adequado da cultura, restringindo os gastos com a adoção de práticas agronômicas recomendadas pela Ceplac. Como conseqüência, a queda da produtividade e o abandono das lavouras aca-